FILOSOFIA

06

ÉTICA

ÉTICA

Olá, aluno(a) do Me Salva! Pronto(a) para encarar uma investigação filosófica sobre Ética? A ética, que também podemos chamar de filosofia moral, é um assunto pesquisado por todas as civilizações, na medida em que – em algum momento de seu desenvolvimento – seus integrantes se perguntaram: "Como devemos agir?", ou "O que deve guiar as nossas ações?", ou ainda "Existem respostas definitivas para essas perguntas?".

Investigações desse tipo foram feitas por antigas civilizações orientais (como China, Índia...) e também por civilizações ocidentais como a Grécia Antiga, em especial pelos filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles. Essas perguntas acompanham a existência dos seres humanos nesse planeta. Elas foram atualizadas ao longo dos séculos por diversos filósofos e não é à toa que as fazemos até hoje.

E por que será que não conseguimos "escapar" desse tipo de questionamento?

O ser humano tem uma qualidade muito especial que o diferencia dos outros animais e que diferencia profundamente sua ação sobre o planeta Terra: Ele possui a faculdade da razão, ou seja, é um animal racional, enquanto outros animais agem e fazem por instinto. Se, ao fazer uma trilha no mato, você deparar com uma cobra preparada para dar o bote, você não julgará a ação dela como certa ou errada. Ela apenas reage ao perigo, como é comum às cobras. O mesmo acontece quando uma vaca ou um cavalo dão coices. Não cabe julgar como certo ou errado o coice que uma vaca dá numa pessoa, pois essa é uma reação instintiva do animal. Os seres humanos, ao contrário, não apenas reagem ao que lhes acontece, como também guiam suas ações pela razão. Se você, aluno, escolher bater em um colega de sala de aula, provavelmente será advertido e dificilmente conseguirá ter uma boa razão para justificar o seu ato. Isso porque consideramos moralmente errado infligir dor e machucar os outros, ou seja, os seres humanos percebem suas ações como certas ou erradas e buscam razões para justificá-las. A característica de ser racional é o que permite a investigação ética.

Qualquer aluno que tenha se interessado pelo assunto e buscou ler mais de uma introdução à Ética e à Filosofia Moral sabe que existe mais de uma definição para esses termos e que, apesar de similares, podem gerar confusão para um leitor desavisado. Por isso, primeiro nós vamos estudar diferentes definições que você pode encontrar ao estudar o assunto, investigando o que há de comum entre elas. A partir do momento que estiver claro o que está sendo discutido, veremos duas teorias principais sobre quais devem ser os princípios que guiam a moralidade. Dando sequência ao assunto, vamos discutir o que é Ética Aplicada e seus tópicos, como a Bioética, por exemplo.

DIFERENÇAS ENCONTRADAS ENTRE AS DEFINIÇÕES DE MORAL E ÉTICA:

Como vimos na apresentação desta apostila, diversos autores, de diversos países e de diferentes épocas tratam de moralidade e ética. Porém, eles nem sempre usam os mesmos termos com os mesmos sentidos. Todos concordam que moral e ética são comumente usados como sinônimos, porém, alguns distinguem o objeto a que cada uma dessas palavras se refere e outros apenas distinguem entre os sentidos e usos possíveis delas.

O QUE DIZEM OS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS E PORTUGUESES SOBRE O ASSUNTO:

Os livros brasileiros tendem a fazer a seguinte diferenciação entre a palavra “moral” e a palavra “ética”:

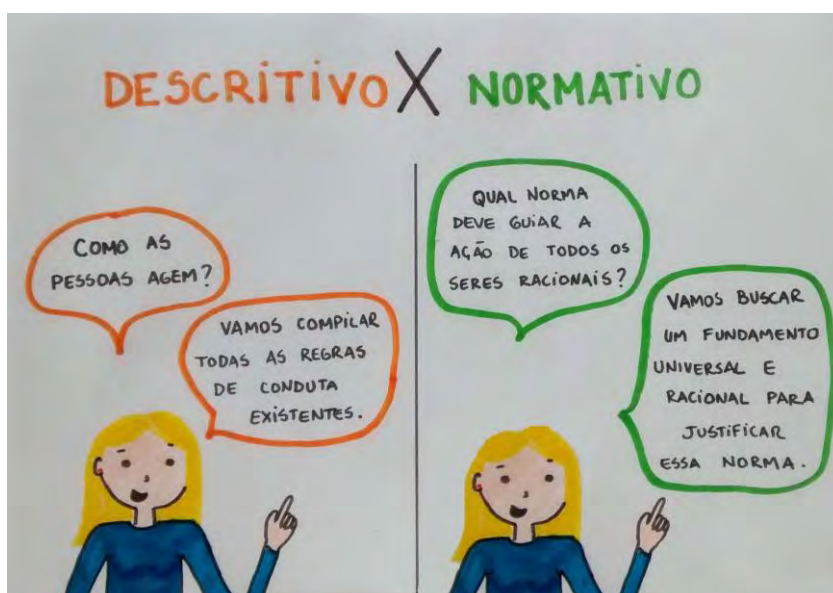
A **Moral** é definida como um conjunto de regras de conduta adotadas por um grupo de pessoas em determinada época, ou seja, para descobrir a moral de uma sociedade, basta observar suas regras de conduta e descrevê-las. Nesse sentido, o que é aceito como moralmente aceitável ou moralmente condenável varia ao longo de diferentes épocas e em diferentes lugares. O sujeito que nasce passa a pertencer a uma sociedade com uma moral constituída e é ensinado que suas ações devem obedecer às regras de conduta do grupo. Um mesmo grupo social, entretanto, pode modificar seus códigos de conduta durante sua história à medida em que se alteram as relações interpessoais e as relações do homem com o trabalho e com a tecnologia. Outra possibilidade de transformação das regras morais de um grupo parte da capacidade de reflexão que seus integrantes possuem. Cada sujeito é capaz de refletir sobre os hábitos de sua comunidade e colocá-los em perspectiva histórica para avaliar se eles devem ser continuados ou encerrados. Por um lado, pertencemos ao conjunto de regras comportamentais da sociedade em que nascemos e vivemos. Por outro, podemos refletir sobre essas regras. Se a moral de um grupo fosse inquestionável, este estaria sob um dogmatismo. Se a moral de um grupo fosse completamente questionada pelos sujeitos, cairia-se em um individualismo. Como nenhum desses extremos é desejável para o bom convívio em sociedade, há o diálogo entre o determinismo total das regras

e a liberdade de escolha dos indivíduos, entre a aceitação e recusa das normas. Há, portanto, uma relação dialética entre essas duas possibilidades.

A **Ética** é apresentada como sinônimo de **Filosofia Moral** e é definida como a área de estudo da Filosofia que se ocupa em pesquisar os princípios que fundamentam a moral. Sob esse escopo estarão as pesquisas teóricas desenvolvidas pelos filósofos, que buscaram definir quais deveriam ser os princípios básicos da moralidade aplicáveis a todos os sujeitos em todos os tempos.

O QUE DIZEM OS LIVROS E ARTIGOS DE INTRODUÇÃO À ÉTICA DE AUTORES INGLESES E AMERICANOS:

Eles tendem a utilizar ética e moralidade como sinônimos. A diferenciação que precisa de atenção é a seguinte: “em qual sentido está se usando a palavra moralidade?”. Podemos falar da moral em dois sentidos: o sentido descritivo e o sentido normativo.

ATENÇÃO: você sabe a diferença entre juízos normativos e juízos descritivos? Juízos descritivos visam adequar o pensamento à realidade, enquanto juízos normativos visam adequar a realidade ao pensamento.

Ao falar de **moralidade no sentido descritivo**, os autores fazem referência aos códigos de conduta já adotados por sociedades, grupos de pessoas, ou até por indivíduos. O estudo da moralidade sob essa perspectiva envolve a observação e descrição de quais são as regras morais adotadas por diferentes grupos, em diferentes épocas. Essa concepção de moralidade é adotada nos estudos antropológicos. Ao estudar a descrição dos hábitos de diferentes culturas, pode-se concluir que o que é tido como “moral” varia entre diferentes grupos e sociedades e em diferentes épocas, com a exceção de regras como “não matar” ou “não causar mal aos outros”, que aparecem em praticamente todas as culturas. Também, a adoção dessa perspectiva provavelmente levará à negação de que haja uma moralidade universal que se aplique a todos os seres humanos, em todos os tempos.

Ao observar a moralidade de forma descritiva, será possível perceber que as regras de conduta podem variar entre indivíduos de um mesmo grupo e que elas não são necessariamente iguais para todos, como por exemplo entre escravos e senhores, ou entre homens e mulheres. Apesar de cumprir uma importante função para os Antropólogos, protegendo culturas pequenas das normas da cultura ocidental, a moralidade no sentido descritivo permite, entretanto, que se relativize as culturas e que seja moralmente aceitável que haja a escravidão ou que pessoas sejam tratadas diferentemente de acordo com características pessoais, como cor de pele, gênero, etc.

Porém, nem todos os códigos de conduta que podemos observar em uma comunidade estão sob o domínio da moral. Há áreas da vivência em sociedade que fazem “limite” com a moralidade, porém são diferentes dela, como as regras de etiqueta, os comportamentos prescritos pela religião e as normas do Direito.

A etiqueta pode ser vista como um conjunto de regras menores de convivência, que visam complementar as regras morais, pois buscam melhorar a convivência entre as pessoas. Executamos certas “regras de etiqueta” de maneira automática, mas nem sempre foi “óbvio” seguir hábitos como tomar banho, escovar os dentes e se manter minimamente apresentável, o que torna mais fácil a vida em grupo.

A religião excede os elementos da moralidade, pois usa suas crenças particulares e seus mitos para justificar o comportamento que seus fiéis devem seguir. Já o Direito e a moralidade são distintos, pois o Direito, ao contrário da moral, possui leis explícitas e escritas, penalidades para quem descumpra a lei e oficiais que a interpretem.

A **moralidade no sentido normativo** se refere a códigos de conduta que todos os seres racionais podem verificar como válidos e corretos e,

portanto, aceitá-los e segui-los. Ou seja, a moralidade, nesse sentido, se refere a códigos de conduta que pretendem ser aceitos por todos que possuírem certas características intelectuais e apetitivas, incluindo a condição de ser racional. Esses códigos de conduta fazem parte de teorias éticas, que são desenvolvidas por filósofos da área da Filosofia Moral e que buscam justificar as ações dos homens com base em princípios universais.

Entretanto, apesar do objetivo dos filósofos de encontrar um sistema de códigos de conduta que seja racional, existem várias teorias morais discordantes entre si. O ponto em comum entre diferentes teorias morais é que elas buscam fundamentar a moral em algum "ponto de apoio" universal e racional, normalmente conhecido como o "bem último". As diferenças entre elas iniciam quando os autores tentam identificar qual seria o maior bem para guiar a ação dos homens. Alguns dirão que o maior valor é agir em função da felicidade que a ação causará; outros dizem que o mais valoroso é agir de acordo com as virtudes humanas.

Outra característica da moralidade no sentido normativo é que uma teoria moral não precisa necessariamente corresponder a um código moral aceito e praticado por um grupo de indivíduos. Pode ser o caso de uma teoria moral nunca ter sido colocada em prática e ainda assim ser válida, pois o critério para sua avaliação é sua coerência interna e racionalidade.

Portanto, podemos perceber que as definições estudadas são complementares, pois, ao falar-se de MORAL e MORALIDADE NO SENTIDO DESCRITIVO, se refere ao mesmo método de estudo das relações de moralidade já instituídas e praticadas em um determinado grupo e em um determinado tempo. A relação entre os conceitos de ÉTICA, FILOSOFIA MORAL e MORALIDADE NO SENTIDO NORMATIVO mostra que eles também são complementares, pois se referem ao mesmo método investigativo que busca princípios gerais e universais para a fundamentação e justificação da moral.

ÉTICA E SUAS TEORIAS:

Conforme explicado no tópico anterior, ao falar de ética estamos nos referindo à investigação filosófica que tenta encontrar um fundamento universal para a moralidade. Se a moralidade é a preocupação em agir a partir de razões, ou seja, fazer aquilo que se tem as melhores razões para fazer, preocupando-se com os interesses das outras pessoas envolvidas em nossas ações, a tentativa de buscar

uma moralidade universal tentará entender qual a razão pela qual devemos agir, o que nós, seres racionais, devemos buscar com nossas ações.

O QUE ESTÁ EM JOGO QUANDO SE FALA DE TEORIAS MORAIS?

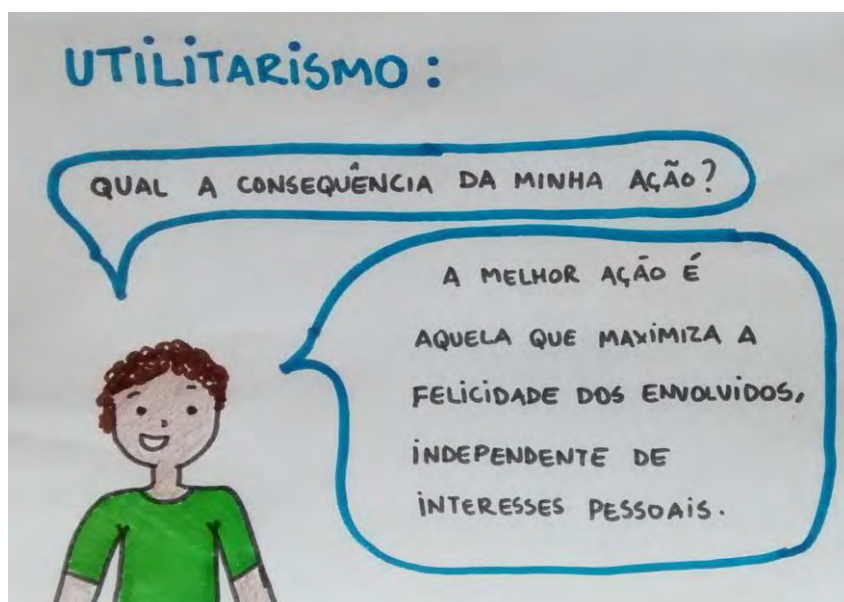
Duas perguntas correlacionadas podem ajudar nesse estudo:

- ✓ Qual o maior valor (o bem último) que os seres humanos buscam com suas ações?
- ✓ Como podemos diferenciar as ações corretas das incorretas?

Note que, a partir de como respondermos a primeira pergunta, teremos elementos para responder a segunda, pois ações corretas tendem a promover o bem, e ações incorretas tendem a promover o mal.

DUAS RESPOSTAS DIFERENTES PARA O QUE É O BEM ÚLTIMO: UTILITARISMO E ÉTICA KANTIANA.

Utilitarismo: O utilitarista responderá a primeira pergunta acima dizendo que o bem último é a felicidade. A regra geral do Utilitarismo é agir de forma a maximizar as felicidades dos envolvidos e minimizar as dores e o sofrimento. Para o utilitarista, todas as felicidades importam igualmente e possuem o mesmo valor: a sua, a de seus parentes e amigos e a de desconhecidos. Portanto, a ação humana deve buscar gerar o máximo de felicidade entre os agentes morais afetados por ela e o critério para avaliar se uma ação é moralmente correta ou incorreta é observar a sua consequência.

Observe que as intenções e os interesses pessoais não fazem parte desse cálculo! Se você tiver que escolher entre ajudar um amigo a estudar para a prova ou ajudar um grupo de desconhecidos a estudar para mesma prova, a ação moralmente correta para o utilitarista é a de ajudar o grupo de desconhecidos, pois isso maximiza a quantidade de felicidade.

Ética Kantiana, ou Deontologismo: Kant responderá a primeira pergunta da seguinte maneira: o bem último é a vontade boa, pois a vontade boa é a única coisa boa em si mesma. Todas as outras coisas, segundo Kant, podem ser usadas para o mal. Até mesmo as chamadas "virtudes do espírito", como a inteligência, podem ser usadas para o mal, pois se pode usar a inteligência para enganar e tirar proveito de outra pessoa.

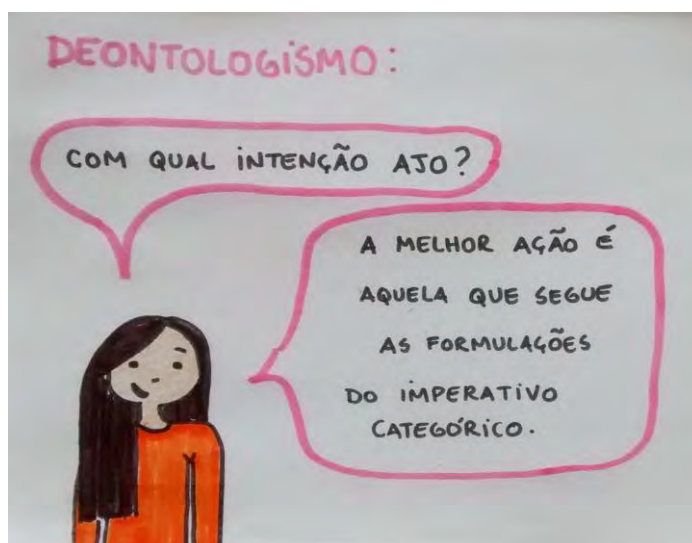
Portanto, se o bem último é a vontade boa, o critério para avaliar as ações corretas e incorretas precisa ser a intenção de quem faz a ação. Mas qual é a intenção que guia a pessoa de boa vontade? Segundo Kant, a pessoa de boa vontade tem a intenção geral de cumprir o seu dever. Portanto, a intenção que torna a ação correta é a de agir por dever, e não em mera conformidade com o dever. Um exemplo disso é que, para Kant, um político que meramente declare corretamente seus bens e posses por medo da punição que receberia se não o fizesse não age de maneira correta. Sua ação é moralmente condenável, ainda que as consequências dela sejam agradáveis. Um exemplo de ação moralmente correta seria um político que declarasse corretamente seus bens e posses porque sabe que é seu dever fazer isso.

Se a ação correta é agir de acordo com o dever, a teoria ética de Kant se depara com uma nova pergunta: "Como podemos saber qual é o nosso dever em cada situação que vivenciamos?". Kant responde essa pergunta postulando o **Imperativo Categórico**, uma regra geral da razão que impõe o que é o correto a ser feito. O imperativo categórico tem duas formulações

principais que todas as pessoas podem aplicar em suas vivências para descobrirem como agir corretamente:

- ✓ "Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal";
- ✓ "Age de tal maneira que uses a tua humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio".

Um exemplo de aplicação da primeira regra é o seguinte: imagine que sua mãe lhe deu uma determinada quantidade de dinheiro para comprar um lanche no seu recreio da escola. Porém, você gastou menos do que o valor que recebeu e levou o troco para sua casa. Você pode contar a verdade e devolver o troco ou mentir e embolsar o valor quando sua mãe lhe perguntar "Sobrou algum troco do dinheiro que dei para você?". Você até pode ter motivos pessoais para querer guardar o troco, mas, se quiser agir de maneira correta, você deve observar a primeira regra do Imperativo Categórico que diz que você deve agir sempre de acordo com uma máxima que você deve querer que possa ser seguida por todos, por ser uma lei universal. Assim, se mentisse, você concordaria que todas as pessoas poderiam seguir essa máxima. Porém, você não pode desejar que todos sigam essa máxima, pois a vida em uma sociedade na qual a mentira é aceitável é uma vida impossível, já que não se pode confiar em ninguém. Portanto, a ação correta é falar a verdade, pois a generalização universal dessa máxima é desejável.

Um exemplo de aplicação da segunda regra é que nunca devemos usar as outras pessoas como meios para alcançar nossos fins. Apontar uma arma para alguém e obrigar o sujeito a entregar suas coisas é moralmente condenável, pois quem assalta está utilizando um outro como meio para obter dinheiro e bens materiais. Assim, a autonomia do sujeito é violada e ele é obrigado a fazer algo contra a sua vontade.

Uma objeção ao Imperativo Categórico: Imagine que você está em sua casa e um assassino bate em sua porta e lhe pergunta se você sabe onde está o seu vizinho. Você sabe que seu vizinho foi até a lavanderia do seu bairro, mas você deve contar isso ao assassino? Qual a sua obrigação moral nessa situação delicada? Falar a verdade ou mentir para salvar a vida de seu vizinho?

Nosso instinto nos diz para mentir, certo? Mas o que Kant diria sobre isso? Como ele aplicaria o imperativo categórico nessa situação? Para Kant, aplicando o Imperativo Categórico, nossa único dever moral nessa situação é dizer a verdade. Porém, isso não parece estar correto, pois uma vida parece ser muito mais valiosa do que uma mentira dita para salvá-la, e essa é parece ser uma objeção ao Imperativo Categórico. Kant, entretanto, responderá que a responsabilidade sobre a morte ou não do seu vizinho recairá somente sobre o assassino. A responsabilidade sobre a morte de um inocente recairá somente sobre o seu assassino, e não sobre quem cumpre com seus deveres éticos.

ÉTICA APLICADA

Estudamos duas teorias éticas que postulam regras gerais para guiar nossa conduta. Porém, existem questões morais complicadas e que testam os limites dessas teorias gerais. Como, a partir desse estudo, podemos responder às seguintes questões:

- “O aborto é imoral ou amoral?”; “Em que momento podemos considerar o óvulo fecundado um agente moral?”;
- “É correto pré-selecionar o sexo dos óvulos fecundados in-vitro para escolher o sexo do bebê?”,
- “É aceitável manter animais confinados e em condições de sofrimento para a produção de carne?”

O campo que busca aplicar teorias morais a discussões éticas do cotidiano é chamado de Ética Aplicada. Suas discussões se dividem em diferentes disciplinas, que visam responder os problemas ligados a um campo específico de atuação, como a Bioética e a Ética ambiental.

A **Bioética** é um campo de pesquisa multidisciplinar que busca aplicar o método de investigação da ética às questões que surgem nas “ciências da vida”: Medicina, Biologia, Genética, entre outros. A pesquisa em Bioética é conduzida por diversos profissionais, como filósofos, teólogos, profissionais da saúde, cientistas, advogados, economistas, psicólogos, sociólogos, antropólogos e historiadores. Os pesquisadores dessa disciplina usam teorias morais, como a ética Kantiana e o Consequencialismo (julgar moralmente uma ação com base nas suas consequências) e tentam compatibilizá-las, de modo a ter uma resposta efetiva para os problemas que estudam. De modo geral, a Bioética busca responder questões relacionadas à eutanásia, ao aborto, aos limites éticos das pesquisas genéticas e à ética profissional dos que trabalham com essas ciências que estudam a vida.

A **Ética Ambiental** surgiu na década de 1970 e também é uma área investigativa multidisciplinar. Filósofos, governantes, teólogos, juristas, ambientalistas, biólogos, ecologistas, economistas, sociólogos e historiadores são exemplos dos profissionais que se engajam em pesquisas para responder às questões que relacionam a ética ao uso que fazemos do meio ambiente. Um dos pressupostos dessa disciplina é que podemos aplicar relações éticas ao nosso uso do ambiente na medida em que constatamos que sua qualidade é necessária para a qualidade de vida dos humanos. Porém, a Ética Ambiental, por vezes, expande esse conceito e busca justificar que animais também são merecedores de tratamento moral por si mesmos, pois sentem dor e prazer e podemos considerá-los agentes morais pela lógica utilitarista e não porque são meios para a manutenção de nossa qualidade de vida. As preocupações da Ética Ambiental se dividem em seis níveis: (1) humanos; (2) animais; (3) organismos; (4) espécies; (5) ecossistemas; (6) Terra. Questões que permeiam esses diferentes níveis de consideração são, por exemplo: “Como é possível fazermos um controle populacional moralmente correto?”, “O consumismo e a atual distribuição de renda

são maléficos para a vida dos homens e para a qualidade do ambiente?", "É correto permitir e prosseguir com práticas que levam ao aquecimento global?", etc.

PARA SABER MAIS!

- Livros:

Os Elementos de Filosofia Moral, de James Rachels e Stuart Rachels, 2013.

> Esse é um excelente livro de introdução à Filosofia Moral. Sua escrita é acessível, precisa e, ao longo do livro, o autor expõe de forma continuada diferentes teorias morais, indo de uma concepção mínima de moralidade até chegar aos elementos que uma teoria moral satisfatória deveria ter. Vale a leitura!

Clara Tonolli, Benhur Bortolotto

REFERÊNCIAS

The Definition of Morality (2002). Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/morality-definition/> Acesso em 01/11/2016.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, PIRES, Maria Helena. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna. 2003.

ALMEIDA, Aires, TEIXEIRA, Célia, MURCHO, Desidério. 50 Lições de Filosofia - Filosofia 10º ano. Lisboa: Didáctica Editora, 2013.

BUNNIN, Nicholas, TSUI-JAMES, E. P. (Org.). Compêndio de Filosofia. Terceira Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

RACHELS, James, RACHELS, Stuart. Os Elementos de Filosofia Moral. 7. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.